

Fazenda admite que a suspensão de *relending* desagrada os credores

BRASÍLIA — O secretário especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, admitiu que o Comitê Assessor dos Bancos Credores recebeu com insatisfação as decisões do governo de suspender, por um ano, as operações de *relending* (reempréstimo dos depósitos dos credores junto ao Banco Central) e condicionar os leilões de conversão da dívida externa brasileira, que passou o final de semana em Nova Iorque, estudando, junto ao Comitê, de que forma a suspensão deste mecanismo poderá ser feita.

Como esse procedimento está previsto no contrato de formalização do acordo fechado entre o governo e os bancos comerciais credores no ano passado, uma das hipóteses é que a suspensão do *relending* seja feita mediante um pedido de *waiver*, uma espécie de perdão dos credores devido ao não cumprimento da cláusula. A outra alternativa seria um entendimento informal — explicou Sérgio Amaral.

Atraso — A centralização do câmbio também foi recebida com tranquilidade pelo Comitê, segundo o diplomata, que revelou que já havia informado aos credores sobre o atraso do pagamento dos juros relativos a janeiro — no valor de US\$ 500 milhões, que deveria ter sido efetuado na terça-feira e só será feito na próxima semana.

“Um atraso de alguns dias é um fato normal. O anormal é que ele ocorra junto com a centralização. Por isso, avisamos os bancos com antecedência, para que eles não fossem surpreendidos e se assustassem”, explicou Sérgio Amaral.

Mas esse aviso prévio não foi suficiente. O atraso foi interpretado como uma ameaça de moratória, a ponto do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ter entrado em contato com os credores mais tradicionais para explicar: “A suspensão do pagamento dos juros não existiu. Ele será feito na semana que vem”, insistindo na justificativa de que o atraso se deu por problemas técnicos com os computadores do Banco Central.

Junto ao Comitê Assessor dos Bancos Credores, o governo continua empenhado em acelerar a liberação da segunda parcela de crédito já negociada — US\$ 600 milhões — e que deveriam ter entrado no caixa desde o final do ano passado. Essa parcela, porém, está condicionada à liberação, pelo Banco Mundial, do financiamento da ordem de US\$ 500 milhões, destinado ao setor elétrico, uma primeira parcela (US\$ 250 milhões) também já deveria ter sido desembolsada.

Além desses créditos, o país espera receber US\$ 200 milhões do governo japonês e US\$ 50 milhões do Fundo Monetário Internacional (FMI), para evitar problemas no nível das reservas cambiais e cumprir seus compromissos externos em dia.